RESUMO EXPANDIDO - IV. PESQUISA CIENTÍFICA RELACIONADA À AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS E GESTÃO DO CUIDADO EM ENFERMAGEM

ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR PARCEIRO ÍNTIMO NO PERÍODO DE 2020 - 2024.

Maria Luzia Pedro Firmino (mariafirmino2000@gmail.com)

Rayane Borges De Andrade Nantes (rayane_andrade@ufms.br)

Shaiane De Farias Durval (shaianefarias98@gmail.com)

Talitha Bordini De Mello (talibordini@gmail.com)

Tatiana Carvalho Reis Martins (tatiana.reis@ufms.br)

Bianca Cristina Ciccone Giacon Arruda (bianca.giacon@ufms.br)

Introdução

A violência por parceiro íntimo (VPPI) é uma das formas de violência contra a mulher mais persistente e recorrente, associada a um contexto social, cultural, familiar e patriarcal, heteronormativo e de poder do homem à mulher. Ela pode se manifestar nas diferentes fases da vida, iniciando-se na adolescência (Bernardino et al., 2016; Lourenço; Costa, 2020). Entre as formas mais recorrentes de VPPI, destacam-se a física, moral, sexual, patrimonial e psicológica. A violência vicária foi reconhecida, no ano de 2026, como uma

outra forma de violência contra a mulher, e passa a compor os dados legais e de saúde que caracterizam esse fenômeno e sustentam políticas públicas (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2024; Leite et al., 2019; Brasil, 2026).

No Brasil, a violência contra a mulher é de notificação compulsória, desde o ano de 2003, por todos os serviços que compõem a rede de atenção à saúde (públicos e privados). A sistematização de dados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), possibilita a sua monitorização epidemiológica da VPPI, importante para caracterizar esse agravo de saúde e subsidiar políticas públicas de prevenção e proteção mais assertivas e eficazes (Brasil, 2024). No entanto, desafios como subnotificação, desigualdade de acesso aos serviços e qualidade dos dados podem influenciar a interpretação dos resultados (Pires et al., 2026).

Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul analisa dados advindos da Secretaria de Segurança Pública do estado por meio do Observatório da Cidadania. Tais dados demonstram um aumento das taxas de violência doméstica e ocorrências de feminicídio no estado nos últimos dez anos (Observatório da Cidadania de Mato Grosso Do Sul, 2026). Entretanto, eles não apresentam informações específicas sobre o tipo de violência, como limitada à VPPI, e as suas diferentes formas. Ademais, ainda não há intersecção entre dados da segurança pública com os da saúde.

Frente ao exposto, a análise da frequência de VPPI e seus tipos, advindos do SINAN,

pode contribuir para a ampliação da caracterização desse agravo e melhor compreensão desse

fenômeno.

Objetivo

Analisar a frequência de notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres por município e por forma de violência, no estado de Mato Grosso do Sul (MS)/Brasil, no período de 2020 - 2024.

Metodologia

Estudo epidemiológico-descritivo. Os dados foram coletados por meio das notificações de VPPI contra mulher no estado de Mato Grosso do Sul, registrados na base de dados Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)/ Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com recorte temporal dos anos 2020 a 2024, últimos cinco anos completos de notificações consolidadas no sistema no período de coleta de dados (do dia seis ao dia 24 de novembro de 2025).

Os dados coletados foram referentes ao município de notificação e a forma de violência vivenciada. A análise foi realizada por meio de frequência das variáveis de interesse.

Resultados

Entre os anos de 2020 e 2024, um total de 9043 casos de VPPI contra a mulher foram notificados no estado de MS, dos quais, 18,8% (N=1698) ocorreram em 2020, 17,1% (N=1549) em 2021, 18,7% (N=1690) em 2022, 22,2% (N=2006) em 2023, e 23,2% (N=2100) no ano de 2024. Os municípios com maiores proporções de notificação foram Campo Grande (10,1%), seguido de Corumbá (7,8%), Dourados (1,5%), Nova Andradina e Ponta Porã (1,3%) e Amambai (1,1%). Outros municípios apresentaram proporções de notificação, como Aquidauana, Três Lagoas e Ivinhema (0,8%), Naviraí (0,7%), seguidos de Maracaju, Jardim, Coxim e Fátima do Sul, com proporções próximas de 0,5% a 0,6% (DATASUS/SINAN, 2025). Por fim, a proporção de casos notificados por tipo de violência teve a forma física como a mais prevalente (28,7%), seguida pela financeira/patrimonial (27%), psicológica/moral (10,3%), sexual (2%), e outras (32%) (Brasil. DATASUS/SINAN, 2020-2024).

Discussão

A VPPI contra a mulher permanece como um grave problema de saúde pública e figura-se entre os tipos de violência mais frequentemente registrados, produzindo consequências profundas na vida das vítimas (Lourenço; Costa, 2020). A análise das notificações no DATASUS entre 2020 e 2024 evidencia variações relevantes no comportamento desses registros. Embora o panorama geral indique tendência de aumento gradativo, observa-se que, entre 2020 e 2022, houve redução nas notificações. Esse movimento deve ser interpretado à luz dos efeitos da pandemia de COVID-19. Uzoho et al.

(2023), em revisão sistemática com 13 estudos, apontam que o isolamento social obrigatório, as dificuldades econômicas, o agravamento da saúde mental e as barreiras de acesso aos serviços contribuíram para intensificar a violência e elevar as denúncias, sobretudo em 2020, considerado o pico da pandemia (FBSP, 2020; Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, 2021).

Entretanto, a queda observada entre 2021 e 2022 não significa necessariamente redução real da violência. Pesquisas apontam que a convivência contínua com o agressor, o medo de retaliação e as dificuldades de acesso às redes de proteção foram fatores decisivos para a subnotificação no período (Kunasagran et al., 2023; Ertan, 2020; Stock, 2024). A subnotificação é definida como o registro inferior ao número real de ocorrências continua sendo um entrave significativo para a compreensão da magnitude do problema e para o planejamento de ações de prevenção e cuidado humanizado (Stock, 2024). Mesmo considerando esses fatores, a incidência da violência permanece alta.

O número de 9.043 notificações no período analisado reforça a gravidade do fenômeno e a probabilidade de que os números sejam ainda maiores diante da subnotificação. Entre os municípios analisados, Campo Grande, capital do estado, apresentou a maior proporção de notificações em todos os anos do período. Isso não significa, necessariamente, maior incidência real da violência, mas pode estar relacionado à presença de maior infraestrutura de denúncia,

casas de referência, acessibilidade aos serviços especializados e maior conscientização sobre políticas públicas de combate à violência. Esses fatores contribuem para o empoderamento das mulheres e para o encorajamento das denúncias (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2018).

No que se refere aos tipos de violência notificados, os registros apontam a violência física como a mais frequente. Contudo, uma investigação realizada em 2023 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, revelou que, entre as mulheres de Mato Grosso do Sul que já sofreram violência, 88% relataram violência psicológica, 82% violência moral e 77% violência física (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2024). De forma semelhante, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) mostra que, entre 32,6% dos registros de violações contra mulheres, o tipo mais notificado foi a violência psicológica (29,7%), seguida da física (Brasil, 2025).

Esses achados reforçam que, ainda que a violência física apareça com destaque nos sistemas de notificação, a violência psicológica é mais prevalente nas vivências relatadas pelas mulheres o que evidencia um descompasso entre a experiência das vítimas e os registros oficiais, possivelmente influenciado pela dificuldade de reconhecimento, notificação e comprovação de violências não físicas.

Conclusão

O estudo evidencia a importância de sistemas de informação robustos para monitoramento da VPPI e planejamento de políticas públicas. A distribuição geográfica dos casos, aliada à análise crítica das limitações dos dados, permite direcionar ações preventivas, ampliar a proteção das mulheres e fortalecer estratégias de acolhimento e empoderamento.

Financiamento

Este estudo foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS/MEC – Brasil, e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; bolsa de pós-graduação, nível mestrado, demanda social.

Referenciais

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS). TABNET – Informações de Saúde (Sistema de Informações de Agravos de

Notificação – SINAN). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em:

https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/. Acesso em: 6 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS). Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Brasília, DF:

Ministério da Saúde, 1991. Disponível em:

https://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/sinan/. Acesso em: 6 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS).

28 de Maio de 2024. Disponivel:

https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/. Acesso em 26 nov. 2025

Uzoho, Ijeoma C. et al. O impacto da pandemia de COVID-19 na violência doméstica contra

mulheres. Revista Internacional de Determinantes Sociais da Saúde Serviços de Saúde.

2023, 13 de agosto;53(4):494–507. doi: 10.1177/27551938231185968

Introduction

Intimate partner violence (IPV) is one of the most persistent and recurrent forms of violence against women, associated with a social, cultural, and familial context characterized by patriarchy, heteronormativity, and male dominance over women. It can manifest itself at different stages of life, beginning in adolescence (Bernardino et al., 2016; Lourenço & Costa, 2020). Among the most common forms of IPV are physical, emotional, sexual, economic, and psychological abuse. In 2026, vicarious violence was recognized as another form of violence against women and has since been included in the legal and health data that characterize this phenomenon and inform public policies (Court of Justice of the Federal District and Territories, 2024; Leite et al., 2019; Brazil, 2026).

In Brazil, violence against women has been a mandatory reporting requirement since 2003 for all services comprising the healthcare network (public and private). The systematization of data in the Notifiable Diseases Information System (SINAN) enables the epidemiological monitoring of VPPI, which is important for characterizing this health condition and informing more assertive and effective public policies for prevention and protection (Brazil, 2024). However, challenges such as underreporting, unequal access to services, and data quality can influence the interpretation of results (Pires et al., 2026).

Currently, the state of Mato Grosso do Sul analyzes data from the state's Public Security Secretariat through the Citizenship Observatory. These data show an increase in rates of domestic violence and incidents of femicide in the state over the past ten years (Mato Grosso do Sul Citizenship Observatory, 2026).

However, they do not provide specific information on the type of violence, such as that limited to VPPI, and its different forms. Furthermore, there is still no integration between public safety data and health data.

Given the above, the analysis of the frequency of IPV and its types, derived from SINAN,

may contribute to a broader characterization of this condition and a better understanding of this

phenomenon.

Objective

To analyze the frequency of reports of intimate partner violence against women by municipality and by form of violence in the state of Mato Grosso do Sul (MS), Brazil, during the period 2020–2024.

Methodology

Descriptive epidemiological study. Data were collected from reports of IPV against women in the state of Mato Grosso do Sul, recorded in the database of the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS)/ Notifiable Diseases Information System (SINAN), covering the years 2020 to 2024—the last five full years of consolidated notifications in the system during the data collection period (November 6–24, 2025). The collected data pertained to the municipality of notification and the form of violence experienced. The analysis was performed using the frequency of the variables of interest.

Results

Between 2020 and 2024, a total of 9,043 cases of VPPI against women were reported in the state of MS, of which 18.8% (N=1,698) occurred in 2020, 17.1% (N=1,549) in 2021, 18.7% (N=1,690) in 2022, 22.2% (N=2,006) in 2023, and

23.2% (N=2,100) in 2024. The municipalities with the highest reporting rates were Campo Grande (10.1%), followed by Corumbá (7.8%), Dourados (1.5%), Nova Andradina and Ponta Porã (1.3%), and Amambai (1.1%). Other municipalities had reporting rates such as Aquidauana, Três Lagoas, and Ivinhema (0.8%), Naviraí (0.7%), followed by Maracaju, Jardim, Coxim, and Fátima do Sul, with rates ranging from 0.5% to 0.6% (DATASUS/SINAN, 2025). Finally, the proportion of reported cases by type of violence showed physical violence as the most prevalent (28.7%), followed by financial/property-related (27%), psychological/moral (10.3%), sexual (2%), and other (32%) (Brazil. DATASUS/SINAN, 2020–2024).

Discussion

IPV against women remains a serious public health problem and ranks among the most frequently reported types of violence, producing profound consequences in the lives of victims (Lourenço & Costa, 2020). Analysis of DATASUS reports between 2020 and 2024 reveals significant variations in the patterns of these records. Although the overall picture indicates a trend of gradual increase, it is observed that between 2020 and 2022, there was a reduction in reports. This trend should be interpreted in light of the effects of the COVID-19 pandemic. Uzoho et al. (2023), in a systematic review of 13 studies, point out that mandatory social isolation, economic hardships, worsening mental health, and barriers to accessing services contributed to intensifying violence and increasing reports, especially in 2020, considered the peak of the pandemic (FBSP, 2020; Secretariat of Social Development of the State of São Paulo, 2021). However, the decline observed between 2021 and 2022 does not mean.

Conclusion

This study highlights the importance of robust information systems for monitoring IPV and planning public policies. The geographic distribution of cases, combined with a critical analysis of data limitations, enables the targeting of preventive

measures, the expansion of protections for women, and the strengthening of support and empowerment strategies.

Funding

This study was conducted with support from the Federal University of Mato Grosso do Sul Foundation (UFMS/MEC) – Brazil, and funding from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) – Brazil (Funding Code 001); a social demand-based graduate scholarship at the master's level.

References

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS). TABNET – Informações de Saúde (Sistema de Informações de Agravos de

Notificação – SINAN). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em:

https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/. Acesso em: 6 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS). Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Brasília, DF:

Ministério da Saúde, 1991. Disponível em:

https://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/sinan/. Acesso em: 6 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS).

28 de Maio de 2024. Disponivel:

https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/. Acesso em 26 nov. 2025

Uzoho, Ijeoma C. et al. O impacto da pandemia de COVID-19 na violência doméstica contra

mulheres. Revista Internacional de Determinantes Sociais da Saúde Serviços de Saúde.

2023, 13 de agosto;53(4):494–507. doi: 10.1177/27551938231185968

Introducción

La violencia de pareja (VPPI) es una de las formas más persistentes y recurrentes de violencia contra la mujer, asociada a un contexto social, cultural y familiar patriarcal, heteronormativo y caracterizado por el dominio del hombre sobre la mujer. Puede manifestarse en diferentes etapas de la vida, comenzando en la adolescencia (Bernardino et al., 2016; Lourenço; Costa, 2020). Entre las formas más recurrentes de VPPI, destacan la física, la moral, la sexual, la patrimonial y la psicológica. La violencia vicaria fue reconocida, en el año 2026, como otra forma de violencia contra la mujer, y pasa a formar parte de los datos legales y de salud que caracterizan este fenómeno y sustentan las políticas públicas (Tribunal de Justicia del Distrito Federal y de los Territorios, 2024; Leite et al., 2019; Brasil, 2026).

En Brasil, la violencia contra la mujer es de notificación obligatoria, desde el año 2003, por parte de todos los servicios que componen la red de atención sanitaria (públicos y privados). La sistematización de datos en el Sistema de

Información de Enfermedades de Notificación (SINAN) permite el seguimiento epidemiológico de la VPPI, lo cual es importante para caracterizar esta afección de salud y respaldar políticas públicas de prevención y protección más asertivas y eficaces (Brasil, 2024). Sin embargo, retos como la infranotificación, la desigualdad en el acceso a los servicios y la calidad de los datos pueden influir en la interpretación de los resultados (Pires et al., 2026).

Actualmente, el estado de Mato Grosso do Sul analiza datos procedentes de la Secretaría de Seguridad Pública del estado a través del Observatorio de la Ciudadanía. Dichos datos muestran un aumento de las tasas de violencia doméstica y de los casos de feminicidio en el estado en los últimos diez años (Observatorio de la Ciudadanía de Mato Grosso do Sul, 2026). Sin embargo, no presentan información específica sobre el tipo de violencia, como la VPPI, ni sobre sus diferentes formas. Además, aún no existe una intersección entre los datos de seguridad pública y los de salud.

Ante lo expuesto, el análisis de la frecuencia de la VPPI y sus tipos, a partir del SINAN,

puede contribuir a ampliar la caracterización de este problema y a una mejor comprensión de este

fenómeno.

Objetivo

Analizar la frecuencia de las notificaciones de violencia por parte de la pareja íntima contra las mujeres por municipio y por forma de violencia, en el estado de Mato Grosso do Sul (MS)/Brasil, en el periodo 2020-2024.

Metodología

Estudio epidemiológico-descriptivo. Los datos se recopilaron a partir de las notificaciones de violencia por pareja íntima contra mujeres en el estado de Mato Grosso do Sul, registradas en la base de datos del Departamento de

Informática del Sistema Único de Salud (DATASUS)/ Sistema de Información de Enfermedades de Notificación (SINAN), con un periodo de referencia comprendido entre los años 2020 y 2024, los últimos cinco años completos de notificaciones consolidadas en el sistema durante el periodo de recopilación de datos (del 6 al 24 de noviembre de 2025).

Los datos recopilados se referían al municipio de notificación y al tipo de violencia sufrida. El análisis se realizó mediante la frecuencia de las variables de interés.

Resultados

Entre los años 2020 y 2024, se notificaron un total de 9043 casos de VPPI contra la mujer en el estado de MS, de los cuales el 18,8 % (N = 1698) se produjeron en 2020, el 17,1 % (N = 1549) en 2021, el 18,7 % (N = 1690) en 2022, el 22,2 % (N = 2006) en 2023 y el 23,2 % (N = 2100) en el año 2024. Los municipios con mayores proporciones de notificación fueron Campo Grande (10,1 %), seguido de Corumbá (7,8 %), Dourados (1,5 %), Nova Andradina y Ponta Porã (1,3 %) y Amambai (1,1 %). Otros municipios presentaron proporciones de notificación, como Aquidauana, Três Lagoas e Ivinhema (0,8 %), Naviraí (0,7 %), seguidos de Maracaju, Jardim, Coxim y Fátima do Sul, con proporciones cercanas al 0,5 % y el 0,6 % (DATASUS/SINAN, 2025). Por último, la proporción de casos notificados por tipo de violencia fue mayor en la forma física (28,7 %), seguida de la financiera/patrimonial (27 %), psicológica/moral (10,3 %), sexual (2 %) y otras (32 %) (Brasil. DATASUS/SINAN, 2020-2024).

Discusión

La VPPI contra las mujeres sigue siendo un grave problema de salud pública y figura entre los tipos de violencia más frecuentemente registrados, lo que produce consecuencias profundas en la vida de las víctimas (Lourenço; Costa, 2020). El análisis de las notificaciones en DATASUS entre 2020 y 2024 pone de manifiesto variaciones relevantes en el comportamiento de estos registros. Aunque el panorama general indica una tendencia al aumento gradual, se

observa que, entre 2020 y 2022, hubo una reducción en las notificaciones. Este movimiento debe interpretarse a la luz de los efectos de la pandemia de COVID-19. Uzoho et al. (2023), en una revisión sistemática con 13 estudios, señalan que el aislamiento social obligatorio, las dificultades económicas, el empeoramiento de la salud mental y las barreras de acceso a los servicios contribuyeron a intensificar la violencia y a aumentar las denuncias, sobre todo en 2020, considerado el pico de la pandemia (FBSP, 2020; Secretaría de Desarrollo Social del Estado de São Paulo, 2021). Sin embargo, la disminución observada entre 2021 y 2022 no significa.

Conclusión

El estudio pone de manifiesto la importancia de contar con sistemas de información sólidos para el seguimiento de la violencia contra las mujeres y la planificación de políticas públicas. La distribución geográfica de los casos, junto con el análisis crítico de las limitaciones de los datos, permite orientar las medidas preventivas, ampliar la protección de las mujeres y reforzar las estrategias de acogida y empoderamiento.

Financiación

Este estudio se ha llevado a cabo con el apoyo de la Fundación de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/MEC) – Brasil, y la financiación de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES) – Brasil (Código de financiación 001); beca de posgrado, nivel de máster, demanda social.

Referencias

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS). TABNET – Informações de Saúde (Sistema de Informações de Agravos de

Notificação – SINAN). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em:

https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/. Acesso em: 6 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS). Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Brasília, DF:

Ministério da Saúde, 1991. Disponível em:

https://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/sinan/. Acesso em: 6 nov. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS).

28 de Maio de 2024. Disponivel:

https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/. Acesso em 26 nov. 2025

Uzoho, Ijeoma C. et al. O impacto da pandemia de COVID-19 na violência doméstica contra

mulheres. Revista Internacional de Determinantes Sociais da Saúde Serviços de Saúde.

2023, 13 de agosto;53(4):494–507. doi: 10.1177/27551938231185968

Palavras-chave: enfermagem; mulher; notificação compulsória; violencia por parceiro íntimo; violencia contra mulher.